

De: Da Grande Assembleia Dos povos Kaiowa e Guarani – Aty Guaçu.

Para: Poder Executivo Brasileiro – Ministério da Justiça, Advocacia Geral da União, Casa Civil.

*Carta dos Povos Kaiowa e Guarani*

Nós, lideranças dos povos Kaiowa e Guarani decidimos encerrar nosso sofrimento e por isso estamos reiniciando a retomada de nossos territórios tradicionais. Informamos ao poder Executivo Nacional, em especial ao Ministério da Justiça, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Casa Civil que estamos articulados e em luta pelo nosso direito constitucional e originário. Que estamos retomando nossos territórios ancestrais e tradicionais uma vez que todos os procedimentos demarcatórios estão parados e nenhuma homologação foi realizada nas terras indígenas localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. Viemos denunciar que temos sido expulsos de nossos territórios e que estamos ameaçados de despejos daquelas terras que retomamos por necessidade ou que ainda ocupamos. Por falta de demarcação de nossas terras estamos sendo massacrados e morrendo de fome ou pela ação dos fazendeiros gerada pela falta de segurança e acompanhamento dos órgãos responsáveis. Em Kurussu Ambá, depois de 10 anos sem demarcação a fome levou nosso povo a retomar parte de nossa terra tradicional para poder plantar e garantir melhor vida para nossas crianças e velhinhos. Já anunciamos que não sairemos de lá, mesmo que isso custe nossas vidas. A justiça Federal deu ordem de reintegração de posse para a comunidade e anunciou que cumprirá o despejo se não nos retirarmos até o dia 26 de outubro. A comunidade de Kurussu Ambá não sairá de sua terra, resistiremos e o que se aproxima é um grande confronto que tirará muitas vidas. Além disso jagunços armados tem se movimentado no local e atacado nosso povo todos os dias. Em defesa de nossa terra, mais de 10 lideranças morreram nos últimos sete anos. A Polícia Federal foi informada e mesmo quando teve determinação da Justiça Federal para acompanhar o caso, não foi até nossa comunidade. Muitas outras comunidades sofrem também com ataques de fazendeiros e com reintegração de posse, como Apykai, Guiraroka, e outras. Na Terra Indígena da Puelito Kue, a comunidade esta cercada pelos fazendeiros e jagunços e hoje uma criança de apenas dois anos faleceu de desnutrição e falta de saúde. No Guaiviry a comunidade também segue vigiada pelos fazendeiros. Ainda anunciamos que existem 36 Terras indígenas que ainda não foram ocupadas porque foi acordado através de um TAC entre MPF, Funai e comunidades que os povos esperariam pela demarcação. Nada aconteceu. As comunidades não aceitarão mais serem enroladas pelo Governo Federal enquanto esperam em péssimas condições e anunciam que se nenhuma providencia for tomada na direção de demarcar estas terras as comunidades iniciarão imediatamente os processos de retomada das mesmas. Toda a violência que estamos sofrendo é consequência da paralisação das demarcações de nossas terras e das tentativas da implementação na prática de artifícios como a PEC 215 e portaria 303 da AGU, já repudiadas pelos povos indígenas em definitivo. Essas medidas atacam nosso direito a Tradicionalidade e demais direitos conquistados junto a Constituição Federal de 1988. Nós, os povos Guarani e Kaiowa lutaremos contra os desmontes de nossos direitos e avisamos que caso não haja a garantia das demandas que pedimos iniciaremos grande movimento de retomada de todas nossas áreas tradicionais porque entenderemos que não existe para nós outro caminho e estamos ficando sem espaço e condições de vida digna. Exigimos imediatamente:

1 – Todas as Tekoha encontram-se hoje sem segurança alguma e sofrem ataques de pistoleiros e de grupos ligados aos fazendeiros. Queremos o comprometimento e a responsabilidade do Ministério da Justiça e dos órgãos responsáveis na garantia da integridade de nosso povo. Que seja garantida de maneira urgente e imediata a segurança do povo de Kurussu Ambá, Puelito Kue, Guaiviry, ypo'i e Apykai que são áreas que estão em conflito e onde já é anunciado o extermínio de nosso povo. No caso de kurussu Ambá e Apykai que sejam retiradas imediatamente a ordem de reintegração de posse, uma vez que tudo que buscamos é a sobrevivência de nossos filhos e filhas. Caso contrário anunciamos que nosso povo resistirá e haverão mortes.

2 – Que recomecem imediatamente os procedimentos demarcatórios das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, pois a paralisação dos processos é a causa do aumento da violência contra nossos povos e também de nossa profunda fome e más condições de vida. Aquelas terras que já avançaram em seu estudo e estavam em andamento ou conclusas que sejam homologadas ou tenham suas portarias publicadas imediatamente e as que já estão homologadas que sejam emitidas os termos de pose. Na oportunidade exigimos também a continuidade dos GTs que estão paralizados, como nos foi prometido pela Funai.

3 – Que seja revogada e abandonada definitivamente a tentativa de implementação da portaria 303 e que as praticas políticas do Governo não se baseiem nas propostas previstas pela portaria. A portaria é uma afronta a todos nossos direitos conquistados com muito sangue e com a luta de nosso povo. Resistiremos a ela sempre e se chegar a ser aprovada faremos grande movimento nacional.

Anunciamos em definitivo que não daremos mais prazos para o Governo para demarcar nossos territórios e garantir nossos direitos. Esta deveria ser a pauta prioritária para os Governos pois se trata do desrespeito aos povos originários que sempre estiveram aqui e que foram massacrados. Já se passou a eleição, a copa do mundo e todos os prazos que foram respeitados já se enceraram. Não iremos mais esperar, iremos retomar nossas terras e a pressa é do Governo e da Justiça em resolver esta situação.

Assinam a baixo os representantes da terras indígenas de, Taquara, Arroio Corá, Guyrá Kambi'y, Guyrároka, Kurussu Ambá, Guaiviry, Laranjeira Nhanderu, Jagua Piru, Mykuréati , que a paritr de documento da Aty Guaçu representam hoje todas as áreas indígenas Guarani e Kaiowa do estado do Mato Grosso do Sul

Brasília, 13 de outubro de 2014.